



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CRIMINAL**  
 Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

**TERMO DE AUDIÊNCIA PRELIMINAR**

Processo nº: **0011283-78.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Inquérito Policial - Furto Qualificado**  
 Documento de Origem: **OF, CF - 1922/2017 - DEL.SEC.SÃO CARLOS PLANTÃO, 3392/2017 - 1º Distrito Policial de São Carlos**  
 Autor: **Justiça Pública**  
 Indiciado: **RAFAEL SAMPAIO DE OLIVEIRA**  
 Vítima: **SUPERMERCADO DIA**

Aos 30 de maio de 2018, às 13:30h, na sala de audiências da 3ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. ANDRÉ LUIZ DE MACEDO, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a **audiência preliminar** em que figura como autor do fato RAFAEL SAMPAIO DE OLIVEIRA. Presente o Drº **Carlos Eduardo Devós de Melo - Promotor de Justiça Substituto**. Apregoado o processo verificou-se o comparecimento do autor dos fatos, acompanhado de defensor, o Drº **Nelson Francisco Bergonso - OAB 238195/SP**. A seguir, tratando-se de ação penal pública incondicionada pelo **Dr(a). Promotor(a) de Justiça**, entendendo não ser caso de arquivamento, propôs a aplicação imediata da pena nos seguintes termos: “MM. Juiz: O Ministério Público, pelo seu órgão que ora o representa, considerando o disposto no art. 76 da Lei 9.099/95 e estando presentes os requisitos legais, propõe ao(s) suposto(s) autor(es) do fato a pena de prestação pecuniária no valor de R\$300,00 (trezentos reais). **Pelo autor da infração e defensor foi dito** que aceitavam a proposta de pena oferecida pelo Ministério Público. **Pelo MM. Juiz foi dito:**“Vistos. O Ministério Público propôs a aplicação imediata da prestação pecuniária no valor de R\$300,00 (trezentos reais). Posto isto, considerando que estão preenchidos os requisitos legais previstos na Lei 9.099/95, HOMOLOGO A TRANSAÇÃO e aplico ao autor do fato a pena prestação pecuniária no valor de R\$300,00 (trezentos reais), utilizando o valor integral da fiança depositada nos autos, inclusive com correção, para pagamento da transação penal”. Publicada nesta audiência e saindo intimados os interessados, especialmente o acusado, registre-se e comunique-se, procedendo-se em seguida as anotações. A presente decisão não deverá constar de certidão de antecedentes criminais, observando-se a aplicação do artigo 76, §4º e 6º, da Lei 9099/95. Nada mais havendo, foi encerrada a audiência, lavrando-se este termo que depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, Carlos André Garbuglio, digitei.

MM. Juiz: Assinado Digitalmente

Promotor:



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**3ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

Defensor:

Autor: